TURISMO REGENERATIVO: FUNDAMENTOS E REFLEXÕES

REGENERATIVE TOURISM: FUNDAMENTALS AND REFLECTIONS
TURISMO REGENERATIVO: FUNDAMENTOS Y REFLEXIONES

Suellen Alice Lamas - CEFET/RJ[1]
Edson Domingos Nascimento - IFPI[2]
Amanda L. de A. Corrêa Selivon - PUC/PR[3]

ISSN 2594-8497

Licenciada por Creative Commons 4.0 / Internacional CC BY 4.0

Submetido em: 14/11/2026
Aprovado em: 11/11/2026
Avaliado em pares
Editor: Izac Bonfim

RESUMO

A humanidade encontra-se em um contexto crítico de sua história, processo que líderes mundiais e organismos internacionais têm denominado de policrise global. O turismo, enquanto fenômeno complexo e sistêmico, não fica à margem de tais impactos. Em meio aos desafios impostos por esses eventos globais disruptivos, cada vez mais numerosos na sociedade contemporânea, emerge, como proposta alternativa aos modelos tradicionais de exploração da atividade turística, uma abordagem integrada e voltada para o futuro denominada turismo regenerativo. Mas, afinal, o que é (e o que não é) turismo regenerativo? Quais princípios norteiam essa abordagem epistemológica? Quais os desdobramentos da noção de turismo regenerativo na leitura do turismo contemporâneo? Com base nessas perguntas reflexivas, o presente artigo tem como objetivo debater a noção de turismo regenerativo, buscando apresentar os princípios e a base conceitual dessa abordagem epistemológica à luz do turismo contemporâneo. Desse modo, a presente investigação, enquanto ensaio teórico-conceitual, por sua natureza reflexiva, interpretativa e crítica, busca tecer análises e reflexões introdutórias acerca da noção de turismo regenerativo. Trata-se de um artigo conceitual, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, que se valeu fundamentalmente de pesquisa bibliográfica com o objetivo de mapear o tema central da investigação. Como referencial teórico basilar, optou-se pelas pesquisas de Bellato e Pollock (2025) e Corral-Gonzalez et al. (2023), que escrutinaram, por meio de uma revisão do estado da arte e de uma análise bibliométrica, respectivamente, os pormenores teórico-conceituais da noção de turismo regenerativo. Os resultados apontam uma perspectiva em formação, com conceito e princípios ainda indefinidos e sem consenso, destacam lacunas na literatura sobre o tema e problematizam o uso da ideia de turismo regenerativo como um novo paradigma de viagens, propondo compreendê-lo como uma abordagem epistemológica que amplia e tensiona o paradigma da sustentabilidade.

Palavras-chave: Regenerativo; Desenvolvimento; Regeneração; Sustentabilidade; Fundamentos.

ABSTRACT

Humanity is at a critical moment in its history, a process that world leaders and international organizations have called the global polycrisis. Tourism, as a complex and systemic phenomenon, is not immune to such impacts. Amid the challenges posed by these disruptive and increasingly frequent global events, an integrated and forward-looking approach called regenerative tourism has emerged as an alternative to traditional models of tourism exploitation. But what, after all, is (and is not) regenerative tourism? What principles guide this epistemological approach? What are the implications of the notion of regenerative tourism for the understanding of contemporary tourism? Based on these reflective questions, this article aims to discuss the notion of regenerative tourism, presenting the principles and conceptual basis of this epistemological approach in the light of contemporary tourism. As a theoretical-conceptual essay, reflective, interpretative and critical in nature, the study offers introductory analyses and reflections on the notion of regenerative tourism. It is a conceptual, qualitative and descriptive article, based fundamentally on bibliographic research aimed at mapping the central theme of the investigation. The core theoretical framework draws on Bellato and Pollock (2025) and Corral-Gonzalez et al. (2023), who examined the theoretical and conceptual details of regenerative tourism through a state-of-the-art review and a bibliometric analysis, respectively. The results point to an emerging perspective, in which the concept and principles of regenerative tourism remain undefined and without consensus; they highlight gaps in the literature and critically reflect on the use of regenerative tourism as a new travel paradigm, proposing instead to understand it as an epistemological approach that expands and challenges the sustainability paradigm.

Keywords: *Regenerative Tourism; Development; Regeneration; Sustainability; Fundamentals.*

RESUMEN

La humanidad se encuentra en un momento crítico de su historia, un proceso que líderes mundiales y organismos internacionales han denominado policrisis global. El turismo, como fenómeno complejo y sistémico, no está exento de tales impactos. En medio de los desafíos que imponen estos eventos globales disruptivos, cada vez más numerosos en la sociedad contemporánea, surge, como propuesta alternativa a los modelos tradicionales de explotación de la actividad turística, un enfoque integrado y orientado al futuro denominado turismo regenerativo. Pero, al fin y al cabo, ¿qué es (y qué no es) el turismo regenerativo? ¿Qué principios guían este enfoque epistemológico? ¿Cuáles son las ramificaciones de la noción de turismo regenerativo en la lectura del turismo contemporáneo? Basándose en estas preguntas reflexivas, el presente artículo tiene como objetivo debatir la noción de turismo regenerativo, buscando presentar los principios y la base conceptual de este enfoque epistemológico a la luz del turismo contemporáneo. De este modo, la presente investigación, como ensayo teórico-conceptual, por su naturaleza reflexiva, interpretativa y crítica, busca aportar análisis y reflexiones introductorias en relación con la noción de turismo regenerativo. Se trata de un artículo conceptual, de enfoque cualitativo y carácter descriptivo, que se basó fundamentalmente en la investigación bibliográfica con el objetivo de trazar el tema central de la investigación. Como referencia teórica básica, se optó por las investigaciones de Bellato y Pollock (2025) y Corral-Gonzalez et al. (2023), que examinaron, mediante una revisión del estado del arte y un análisis bibliométrico, respectivamente, los detalles teórico-conceptuales de la noción de turismo regenerativo. Los resultados apuntan a una perspectiva en formación, con un concepto y unos principios aún indefinidos y sin consenso, ponen de relieve lagunas en la literatura sobre el tema y reflexionan críticamente sobre el uso de la idea del turismo regenerativo como un nuevo paradigma de viaje, proponiendo comprenderlo como un enfoque epistemológico que amplía y tensiona el paradigma de la sostenibilidad.

Palabras clave: *Turismo Regenerativo; Desarrollo; Regeneración; Sostenibilidad; Fundamentos.*

Como citar (APA 7ª ed.): Lamas, S. A.; Nascimento, E. D.; & Selivon, A. L. de A. C. (2025). Turismo regenerativo: fundamentos e reflexões. *Ateliê do Turismo*, 10 (1), 89 -106, e24788. https://doi.org/10.55028/3tt2wd38

INTRODUÇÃO

O século XXI apresenta um cenário de graves problemas às nações e às suas populações: necessidade de mudança da matriz energética, exploração em massa dos recursos naturais, severas alterações climáticas, insegurança alimentar e conflitos armados entre países. Essa conjuntura não pode ser analisada e enfrentada como um conjunto de pontos isolados; tudo está conectado, e é justamente essa forma de perceber e tratar os desafios da atualidade que necessita ser revista. Como apontam Capra e Luisi (2014), a visão de mundo predominante está desatualizada e inadequada para oferecer soluções a um mundo globalizado, interconectado e multifacetado. Trata-se do que líderes mundiais e organismos internacionais têm denominado policrise global, isto é, a ocorrência simultânea e interdependente de crises cujos efeitos combinados superam a soma de seus impactos isolados (World Economic Forum, 2023).

Em meio aos cenários problemáticos da contemporaneidade, como mudanças e desastres climáticos, perda de biodiversidade, disparidades socioeconômicas, intolerâncias culturais e desafios globais imprevistos, como os causados pela pandemia de Covid-19, o turismo regenerativo, com abordagem integrada e voltada para o futuro, tem sido apresentado por parte da literatura como um novo paradigma de viagem com destacada relevância socioambiental, que se contrapõe aos modelos tradicionais de exploração da atividade, supera as discussões sobre sustentabilidade e busca redefinir as prioridades e os objetivos do setor turístico a fim de se alcançarem "viagens conscientes" (Pollock, 2012; Fontes et al., 2024; Zaman et al., 2023).

A partir desse contexto, algumas questões são suscitadas: mas, afinal, o que é (e o que não é) turismo regenerativo? Quais princípios norteiam essa abordagem epistemológica? Quais os desdobramentos da noção de turismo regenerativo na leitura do turismo contemporâneo enquanto proposta de um novo paradigma?

Com base nessas perguntas reflexivas, o presente artigo tem como objetivo debater a noção de turismo regenerativo, buscando apresentar os princípios e a base conceitual dessa abordagem epistemológica à luz do turismo contemporâneo. Desse modo, a presente investigação, enquanto ensaio teórico-conceitual, por sua natureza reflexiva, interpretativa e crítica, propõe-se a tecer análises e reflexões introdutórias acerca da noção de turismo regenerativo.

Para esta pesquisa, adota-se o conceito de paradigma de Kuhn (1962/2013), que, por fundamento, deve desempenhar papel transformador diante de mudanças de perspectiva, enquanto realizações científicas reconhecidas que fornecem problemas e soluções modelares, proporcionando os fundamentos para a prática posterior.

O presente artigo justifica-se pela relevância das informações geradas ao debater um conceito incipiente e por vezes mal compreendido nos estudos teóricos e empíricos do turismo, com significados e aplicação indefinidos, simplistas e superficiais, como ainda o é a noção de turismo regenerativo (Bellato & Pollock, 2025).

A complexidade para a compreensão do tema pode ser entendida pelas lacunas no conhecimento atual, visto que as pesquisas nessa área têm se concentrado em países da Europa e da Oceania, com reconhecida defasagem de pesquisas nos países latino-americanos, e apresentam temas que enfatizam a proposição de esquemas alternativos para a modelagem de empreendimentos turísticos, como o design regenerativo, em detrimento de discussões que procuram esclarecer o conceito e analisar os elementos fundantes do turismo regenerativo (Corral-Gonzalez et al., 2023). A ideia é tornar mais fácil a compreensão dessa abordagem e incentivar o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas na área, contribuindo para o avanço teórico neste campo de estudo.

Ademais, como contribuição gerencial, o presente estudo poderá ser útil aos profissionais de turismo ao oferecer inferências acerca da compreensão do discurso e da aplicação do debate sobre desenvolvimento regenerativo no contexto do turismo, com argumentos para a promoção do turismo regenerativo que poderão redesenhar o setor turístico, bem como as experiências turísticas presentes e futuras (Corral-Gonzalez et al., 2023; Almeida & Sonaglio, 2024).

Nessa direção, a fim de entender as bases conceituais e os princípios do turismo regenerativo, optou-se pela pesquisa bibliográfica, que se valeu de uma revisão narrativa de literatura com o objetivo de mapear o tema central da investigação, bem como estruturar e esclarecer esse assunto ainda incipiente. Para tanto, utilizou-se a plataforma Publicações de Turismo (https://www.anptur.com/publicacoes-de-turismo), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), a partir da *string* de busca "turismo regenerativo", em 27 dezembro de 2025, em que foram identificadas as publicações de Pereira et al. (2024), Almeida e Sonaglio (2024) e Brasileiro e Borges (2024). Importante destacar que a plataforma Publicações de Turismo é um indexador de periódicos científicos ibero-americanos, alimentada de forma periódica pelas revistas científicas parceiras com fluxo de atualização contínuo.

Vale citar também que, mesmo se distanciando do rigor extensivo das revisões sistemáticas e integrativas, a revisão bibliográfica de caráter narrativo engloba possibilidades metodológico-formativas importantes para a validação de materiais científicos e para a consolidação do suporte teórico ao pesquisador em curto espaço de tempo (Casarin et al., 2020; Fernandes et al., 2023), o que justifica a escolha por esse tipo de revisão de literatura em atendimento ao que se propõe a presente pesquisa.

Ademais, como referencial teórico basilar para a elaboração deste estudo, têm-se as pesquisas de Bellato e Pollock (2025) e Corral-Gonzalez et al. (2023), que escrutinaram, por meio de uma revisão do estado da arte e de uma análise bibliométrica, respectivamente, os pormenores teórico-conceituais da noção de turismo regenerativo.

Trata-se de um artigo conceitual, de abordagem qualitativa e caráter descritivo. Os resultados visam fornecer, por conseguinte, uma base para novas pesquisas teóricas e/ou empíricas, esclarecer a falta de estudos sobre um conceito, gerar novas ideias e novas formas de olhar para um fenômeno, entre outras possibilidades (Rocco et al., 2022).

O artigo está estruturado em cinco seções, além das Referências. Primeiramente, na Introdução, apresentam-se a caracterização e a delimitação do objeto de estudo, bem como as questões reflexivas, o objetivo e as relevâncias teórica e gerencial do estudo. Na segunda seção, apresenta-se um breve histórico da evolução do conceito de desenvolvimento e das propostas alternativas a ele, para, finalmente, em subseção própria, adentrar-se na perspectiva do desenvolvimento regenerativo, tema fulcral nesta investigação. A terceira seção é dedicada ao debate sobre os princípios e a base conceitual da noção de turismo regenerativo, delineando os fundamentos dessa abordagem epistemológica. De maneira complementar, a quarta seção propõe-se a refletir criticamente sobre a noção de turismo regenerativo e a responder às perguntas reflexivas apresentadas, com argumentos sustentados em autores proeminentes da literatura internacional e nacional. Na quinta seção, são apresentadas as considerações finais, com as implicações, as conclusões e as limitações da pesquisa realizada. Por fim, as obras dos autores citados ao longo do texto são elencadas nas Referências.

UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

A humanidade encontra-se em um contexto crítico de sua história, com o agravamento das condições sociais, como desigualdades, fome e deslocamentos forçados de refugiados, e ambientais, com consideráveis perdas de biomas, afetando fauna e flora, extremo desequilíbrio climático, derretimento das mantas de gelo polares, enchentes e deslizamentos que deixam inúmeros desabrigados e vítimas fatais, desarranjando comunidades, cidades e estados e impactando países inteiros.

Todo esse cenário é consequência do modelo econômico que predomina no mundo atual, o capitalismo, cuja perspectiva e cujos princípios visam à obtenção de lucro, ao acúmulo de riqueza e à propriedade privada dos meios de produção.

Indivíduos, grupos, cidades e até países são impulsionados a adotar um processo que os leve de uma situação insatisfatória a uma almejada, alcançando os objetivos desejáveis por meio de etapas sequenciais e lógicas, processo esse denominado desenvolvimento, que, em um primeiro momento, esteve ligado à modernização e ao crescimento econômico (Silva, 2021).

A definição de desenvolvimento não é consensual; trata-se de um conceito polêmico, multifacetado e desprovido de uma teoria que o fundamente. Entretanto, caracteriza-se por ser um instrumento de mensuração do progresso de sociedades e países, moldado por várias abordagens ao longo do tempo (Amaro, 2003; Telfer, 2005).

Após a Segunda Guerra Mundial, inicia-se a fase da globalização, marcada pela redução das distâncias entre sociedades, empresas e países. Esse processo foi impulsionado pelo avanço das tecnologias, das comunicações e dos transportes, sobretudo o aéreo, favorecendo maior integração entre as nações (Telfer, 2005). Nesse contexto histórico, prevalece a abordagem econômica tradicional, que defende a relação direta entre o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita e a melhoria das condições de vida e do bem-estar social da população (Mira, 2011). Essa visão reducionista, entretanto, foi paulatinamente refutada. O PIB, embora útil como medida de produção econômica, não reflete dimensões fundamentais do desenvolvimento, como a distribuição de renda, a qualidade dos serviços públicos, a sustentabilidade ambiental e a equidade social. Assim, o crescimento econômico nem sempre se traduz em benefícios concretos para toda a população, podendo, inclusive, ampliar desigualdades.

Em meados da década de 1960, surge a Teoria da Dependência, com críticas ao desenvolvimento baseado estritamente no crescimento econômico, que não estava gerando melhorias sociais, ao passo que os recursos naturais eram exauridos e as desigualdades entre países cresciam, configurando-se dois blocos: o dos desenvolvidos e o dos subdesenvolvidos (Van Bellen & Petrassi, 2016). Dessa forma, fazia-se necessário agregar outras dimensões ao processo, como a cultural, a social e a ambiental.

A Teoria da Dependência surgiu na América Latina e, posteriormente, influenciou outras regiões do Sul global, especialmente os países considerados periféricos ou subdesenvolvidos (Ferreira & Raposo, 2017). Seu objetivo central era contradizer a ideia de que o subdesenvolvimento representava apenas a ausência de desenvolvimento, argumentando que ele resultava de um processo histórico conduzido pelas grandes potências em relação às suas antigas colônias (Santos, 2000). Nessa perspectiva, o subdesenvolvimento não era um estágio separado, mas parte integrante do mesmo processo de desenvolvimento, que restringia e comprometia as possibilidades de avanço das nações periféricas (Ferreira & Raposo, 2017). Apesar das críticas recebidas, essa abordagem manteve fundamentos vinculados à lógica capitalista.

A abordagem da dependência favoreceu o surgimento de dois tipos de desenvolvimento, o local e o participativo, como crítica à ausência ou ao baixo envolvimento das sociedades dos países periféricos nos programas e projetos importados dos países centrais.

Entre as décadas de 1960 e 1970, surgem, de maneira estruturada, críticas à exploração exacerbada dos recursos naturais, com a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, da bióloga e escritora norte-americana Rachel Carson, em 1962, e do relatório *Os Limites do Crescimento*, em 1972, encomendado pelo Clube de Roma, grupo composto por cientistas, economistas e industriais reunidos para debater problemas globais de longo prazo (Raimundo, 2010). Foram marcos importantes para o movimento ambientalista no mundo, que culminou na Conferência de Estocolmo, em 1972, organizada pelas Nações Unidas e que reuniu representantes de 113 países para discutir o equilíbrio entre o crescimento econômico e a redução da degradação ambiental.

Emergem desse momento duas abordagens, o desenvolvimento humano e o desenvolvimento social, com perspectivas de defesa de um quadro normativo e político que garanta determinados direitos sociais sem contestar, contudo, o sistema capitalista (Ferreira & Raposo, 2017).

Após a Conferência de Estocolmo, cresce a preocupação, nos âmbitos acadêmico e político, com os impactos no meio ambiente natural causados pela intervenção humana e impulsionados pelo modelo capitalista. Dá-se início a estudos e pesquisas que elaboram os princípios da abordagem denominada ecodesenvolvimento, cuja premissa era o equilíbrio entre a qualidade ambiental e o crescimento econômico.

Essa abordagem evolui e, em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), coordenada pela primeira-ministra da Noruega *Gro Harlem Brundtland,* emite o relatório *Nosso Futuro Comum*, que apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades e que se baseia em uma tríplice dimensão: econômica, social e ambiental (CMMAD, 1991).

O referido documento torna-se um marco histórico por trazer, de forma sistematizada, o conceito e as bases do desenvolvimento sustentável (Becker & Fontana, 2021), apesar de autores como Vaillancourt (1995) apontarem que o primeiro registro do termo teria ocorrido no documento *World Conservation Strategy*, de 1980, elaborado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do *World Wildlife Fund* (WWF), que sinalizava estratégias que consideravam fatores ecológicos, sociais e econômicos, incluindo suas vantagens e a necessidade de adoção de alternativas e soluções para suas desvantagens.

Na mesma direção de ampliar a noção de progresso para além da economia, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criou, em 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que incorpora variáveis como saúde, renda e educação, oferecendo uma visão mais completa das condições de vida.

A noção de desenvolvimento sustentável passa a ser difundida em larga escala entre países, instituições e sociedades. Segundo Corbari e Ferreira (2019), a qualificação de "sustentável" foi associada ainda mais à questão ambiental quando conservacionistas e ecologistas a adotaram.

A partir dessa conjuntura histórica em âmbito mundial, o conceito de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) constituiu-se como um conceito político e amplamente voltado para o progresso econômico e social (Lamas, 2021). Esse conceito foi consolidado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento,

realizada no Rio de Janeiro em 1992, por meio de documentos e protocolos como a Agenda 21, que influenciaram as agendas sociais globais para institucionalizar e legitimar as políticas de desenvolvimento sustentável (Leff, 2006; Veiga, 2019).

Para Hughes (2007), os governos iniciaram um ajuste em suas políticas para se conformarem aos objetivos da referida Agenda. O debate sobre sustentabilidade, em contexto mais recente, é traduzido como uma ideia-força que pressupõe um posicionamento político e ideológico (Irving, 2018). Desse modo, desvincula-se, cada vez mais, de uma proposta específica de desenvolvimento. Abordagens de participação, envolvimento, bem-estar, ética, cidadania, democracia e justiça social têm perpassado, como vértices transversais, a articulação do tripé da sustentabilidade (Hanai, 2009; Irving, 2018).

Portanto, embora o *mainstream* econômico tenha dominado o debate inicial sobre desenvolvimento no período pós-guerra, sua limitação em capturar a complexidade das realidades sociais e ambientais levou à formulação de novas abordagens multidimensionais, que buscam integrar crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade. Observa-se, ademais, que a abordagem do desenvolvimento sustentável não foi substituída em definitivo por outras ao longo dos anos; a ela somaram-se outras abordagens, também alternativas, centradas nas pessoas e nos direitos sociais.

Nessa perspectiva, Sachs (2008) descreve que as propostas de desenvolvimento não incluíam as pessoas de forma justa; portanto, essas correntes humanistas contribuíram para esse maior envolvimento social. Cronologicamente, para fins de sistematização analítica, Amaro (2003) reconhece quatro novos conceitos de desenvolvimento que se sobrepuseram e mantiveram forte interação com o de desenvolvimento sustentável, a saber: desenvolvimento local e desenvolvimento participativo, centrados no protagonismo das pessoas e das comunidades; e desenvolvimento humano e desenvolvimento social, que associam o desenvolvimento ao respeito pelos direitos humanos fundamentais e às condições mínimas de sobrevivência e dignidade humana.

Para Gudynas (2011), os desenvolvimentos ditos alternativos, ainda que apresentem diferentes propostas para a retificação, a reparação ou a modificação do modelo de desenvolvimento vigente, mantêm suas bases conceituais no progresso econômico e na apropriação dos recursos naturais, o que faz com que a discussão se concentre, na realidade, na instrumentalização desse processo.

O desenvolvimento sustentável, assim como o desenvolvimento regenerativo, tem sua gênese no paradigma da sustentabilidade. Segundo Lamas (2021), a ideia de sustentabilidade está vinculada essencialmente à preservação do capital natural; como princípio, tem suas raízes nas culturas rurais antigas, nas quais a economia de recursos naturais por caçadores e coletores era necessária para garantir a manutenção desses suprimentos em períodos de escassez. O termo foi documentado pela primeira vez em um livro de silvicultura publicado em 1713, sendo usado para designar a extração de recursos renováveis (no caso, a madeira) dentro dos limites de regeneração das florestas, a fim de garantir seu uso contínuo (Spindler, 2013).

Nessa conjuntura de abordagens alternativas ao viés convencional, mecanicista e reducionista de desenvolvimento, e diante dos desafios impostos pelos cenários de transformação e intensificação de crises globais, emerge a proposta de desenvolvimento regenerativo, tangenciada e imbuída pelo pensamento alinhado ao processo de regeneração (Almeida & Sonaglio, 2024).

Na próxima subseção, abordam-se a concepção, os princípios e as características do desenvolvimento regenerativo, bem como a evolução do debate sobre o termo e sua aplicação no mundo atual.

Desenvolvimento Regenerativo

Fundamentado na abordagem da sustentabilidade, o desenvolvimento regenerativo vem alcançar e atender às lacunas que o desenvolvimento sustentável não foi capaz de suprir. Portanto, não se trata de um substituto, e sim de um complemento, ampliado e atualizado para fazer frente aos problemas do século XXI. Nesse sentido, pode ser entendido como uma proposta metodológica que parte de uma ruptura com a forma vigente de enxergar, compreender e interagir com o mundo. É uma prática de vanguarda, fundamentada e alinhada com os avanços das ciências sistêmicas (Tavares, 2017).

Há algumas condições para que um processo de desenvolvimento seja regenerativo. Em um mundo onde a saúde e a resiliência dos sistemas naturais e das comunidades humanas estão, muitas vezes, comprometidas, é preciso elaborar processos que possibilitem aos sistemas vivos desenvolver suas habilidades, considerando suas singularidades e agregando valor (Sanford, 2016).

O século XXI apresenta uma desestruturação do sistema global, com clima desequilibrado, provocando inúmeras catástrofes, e uma economia que degrada biomas e extingue significativamente a fauna e a flora. Segundo Mang e Haggard (2016), soma-se a isso um sistema político que amplia as desigualdades entre pessoas e entre países, bem como uma desconexão do ser humano com a natureza.

Diante do exposto, a abordagem regenerativa visa construir uma sociedade fundamentada na restauração de sistemas e na recuperação das formas de compreender a vida na Terra, em detrimento de uma sociedade baseada em sistemas de exploração, dominação e degeneração.

O termo ganha divulgação e visibilidade por meio da obra *Regenerative Design for Sustainable Development* (Lyle, 1994), que apresenta uma configuração circular de processos, em contraposição a processos lineares. A ênfase recai na formatação de tecnologias regenerativas que utilizam rejeitos como recursos para as necessidades humanas básicas, como água, alimento, energia e habitação. A partir do mesmo período, o Grupo Regenesis passa a oferecer uma importante contribuição com ensaios sobre o desenvolvimento regenerativo, sistematizados posteriormente em trabalhos como Mang e Reed (2012) e na obra *Regenerative Development and Design* (Mang & Haggard, 2016). Segundo Pedersen Zari (2012), o intuito é desenvolver ações que sejam capazes de restaurar comunidades e ecossistemas.

Para Tavares (2017), as propostas de Lyle (1994) e do Grupo Regenesis reconhecem que a humanidade, o desenvolvimento humano, as estruturas sociais e os interesses culturais são parte inerente do ecossistema, fazendo dos humanos participantes influentes da saúde e do destino da rede de sistemas vivos da Terra. No entanto, elas divergem no sentido de que a primeira proposta privilegia os aspectos técnicos, enquanto, na segunda, o foco está na mudança dos modelos mentais para se pensar uma alternativa de desenvolvimento e nas ferramentas e metodologias fundamentais para conceber e praticar uma forma regenerativa de desenvolvimento.

Almeida (2021) sinaliza que o design e o desenvolvimento regenerativos vêm propor uma abordagem totalmente diferente da visão de mundo mecanicista, conhecida também como moderna e chamada por Leonardo Boff de cosmologia da dominação (Boff, 2012). Têm como objetivo defender a singularidade cultural, criando sinergias e desenvolvendo capacidades nas sociedades, por meio de uma cosmovisão ecológica em que o ser humano é parte integrante e coparticipante da natureza.

Em sua dissertação de mestrado, Almeida (2021) apresenta dez princípios do design e do desenvolvimento regenerativos, fruto de sua pesquisa, a saber: relocalização escalar,

otimização profícua, re-indigenização, deontologia regenerativa, cogitação positiva, cocriação capacitiva, adaptação a longo prazo, instrução ambiental, reintegração humana e pluridisciplinaridade sistêmica.

Tavares (2017) alerta para a pouca aderência da visão de mundo ecológica no universo acadêmico e nas instituições, diante da urgência e da importância dessa temática. Mesmo com trabalhos reconhecidos, como os de Lyle (1994) e Capra (1997), o tema é pouco difundido e praticado no mundo. Em relação à América Latina e ao Brasil, percebe-se um pequeno crescimento a partir da segunda década deste século. Esse cenário encontra respaldo em Corral-Gonzalez et al. (2023), segundo os quais, apesar de representar uma nova esperança para os problemas enfrentados pela humanidade, o conceito ambíguo de desenvolvimento regenerativo e a realização de estudos limitados e reducionistas impedem um esclarecimento maior acerca de seu significado.

Nesse contexto, entende-se que a humanidade está diante de grandes desafios e que são necessárias mudanças de percepção e de atitudes, com novas estratégias e modelos de ação; faz-se urgente aliar o desenvolvimento socioeconômico à regeneração dos sistemas que sustentam a vida na Terra e, mais, devolver ao ser humano o convívio com a natureza como ser coparticipante. Isso deve ocorrer em todas as áreas, e o turismo pode ser um catalisador dessa abordagem.

TURISMO REGENERATIVO - FUNDAMENTOS

A proposta de turismo regenerativo tem seus princípios basilares na noção de desenvolvimento regenerativo e nas nuances conceituais correlatas a esse termo, tais como regeneração e design regenerativo (Fontes et al., 2024; Bellato & Pollock, 2025).

Como discutido na seção precedente, as alternativas de desenvolvimento apoiadas na proteção ambiental e na justiça social, como o desenvolvimento regenerativo, emergiram em um contexto de crítica ao modelo econômico vigente, que se refletiu na grave crise civilizatória (Silva et al., 2025; Pereira et al., 2024). Desse modo, os fundamentos que estruturam essa proposta de desenvolvimento perpassam a ideia de valorização dos lugares e das comunidades aos quais pertencem, bem como a capacitação humana para se alinhar e coevoluir com os sistemas da vida, numa perspectiva holística, o que contrasta com a lente mecanicista e materialista do paradigma de desenvolvimento vigente (Bellato & Pollock, 2025; Ateljevic & Sheldon, 2022; Mang & Reed, 2012).

No contexto da regeneração de sistemas vivos, a ênfase recai sobre os processos de desenvolvimento que fortalecem e ampliam as capacidades do sistema, em vez da simples produção de bens ou estruturas tangíveis (Mang & Haggard, 2016). Tais capacidades emergentes impulsionam o sistema a níveis mais elevados de complexidade e integração, permitindo a formulação de novos propósitos e formas de atuação. Em síntese, um sistema vivo em processo de desenvolvimento não apenas se transforma estruturalmente, mas revela dimensões mais profundas de sua própria essência. Ao fazê-lo, amplia sua capacidade de perceber e realizar novos potenciais, reafirmando o caráter evolutivo e dinâmico da regeneração (Capra & Luisi, 2014).

A análise dos limites planetários, isto é, dos limiares biofísicos dentro dos quais a humanidade pode operar com segurança (Rockström et al., 2009), reforça a urgência de repensar as formas de interação humana com a natureza, sendo o turismo regenerativo uma possível via de resposta a esses desafios no âmbito do lazer e do turismo.

Em alinhamento com o paradigma regenerativo, a noção de turismo regenerativo busca questionar os paradigmas tradicionais, repensando e redesenhando os espaços e as instalações turísticas e promovendo aos visitantes experiências que estejam em harmonia com a natureza e a cultura local. Refere-se a uma abordagem epistemológica que representa uma evolução do pensamento sustentável convencional e que busca, por conseguinte, não apenas mitigar os impactos negativos, ao passo que equilibra vantagens econômicas, mas atuar ativamente para a geração de impactos positivos, deixando como legado a coexistência harmônica e interdependente de sistemas socioecológicos e a progressão das capacidades inerentes a destinos e comunidades (Fontes et al., 2024; Ateljevic & Sheldon, 2022; Bellato et al., 2022; Duxbury et al., 2021).

Atribui-se a origem do termo "turismo regenerativo" a Ceridwen Owen, que o teria cunhado ao registrar, pela primeira vez na literatura acadêmica, a associação entre "turismo" e "regeneração" nas pesquisas que publicou em 2007, as quais abordaram as nuances da relação entre sociedade e natureza numa perspectiva mais produtiva e regenerativa e defendiam o ecoturismo como prática para se alcançar a sustentabilidade no turismo (Fontes et al., 2024; Owen, 2007a, 2007b). Foi também nesse período, entre 2006 e 2007, que surgiram as primeiras iniciativas no âmbito do turismo que utilizaram abordagens de desenvolvimento regenerativo, realizadas pelo Grupo Regenesis (Mang & Reed, 2012).

A aplicação do pensamento regenerativo ao turismo, todavia, é anterior. A primeira publicação relacionada ao tema, de 1996, foi escrita por David L. Uzzell (1996) e debatia o turismo patrimonial e a interpretação do patrimônio como promotores de programas regenerativos e de conservação de áreas em declínio.

O interesse acadêmico, no entanto, cresceu a partir de 2020, quando as publicações sobre o tema aumentaram significativamente (Corral-Gonzalez et al., 2023). Autores como Fontes et al. (2024), Abbas et al. (2021) e Brouder (2020) atribuem essa expansão ao período pandêmico da Covid-19, cujo impacto descortinou a vulnerabilidade de sistemas existentes, como o turístico, influenciando pesquisadores e profissionais a repensar formas mais resilientes e sustentáveis de turismo. Desse modo, a noção de turismo regenerativo ganha relevância, sendo reconhecida como uma alternativa desejável rumo a novas abordagens do turismo e como uma resposta natural aos desafios impostos por eventos globais disruptivos cada vez mais numerosos na sociedade contemporânea.

A ideia de turismo regenerativo, para muitos autores, constitui-se como um novo paradigma de viagens; uma abordagem epistemológica inovadora; uma proposta alternativa às práticas tradicionais de turismo, que busca redefinir as prioridades e os objetivos do setor turístico com soluções mais holísticas e duradouras e que superem as discussões sobre sustentabilidade, consideradas insuficientes diante dos problemas da humanidade, gerando, assim, "viagens conscientes": um movimento social que cria uma nova mentalidade sobre como o turismo deve ser planejado e gerido, cujos princípios envolvem o bem-estar das partes interessadas, a colaboração entre todos os envolvidos para a cocriação de experiências turísticas e a ênfase nas interações humanas (intra e interpessoais) com a natureza (Bellato et al., 2023; Zaman et al., 2023; Major & Clarke, 2022; Hussain, 2021; Rojas & Guerrero, 2021; Pollock, 2012).

Apesar da difusão do conceito nos últimos anos, críticas ao uso do termo começam a ser formuladas. Bellato et al. (2023) revelam que poucos estudiosos examinaram o conceito de turismo regenerativo de forma abrangente, alinhando seus preceitos ao paradigma regenerativo, o que demonstra uma literatura confusa, muitas vezes configurada para se moldar aos entendimentos científicos já existentes sobre turismo. Além disso, a aplicação prática da noção de turismo regenerativo também é frágil. Bellato e Pollock (2025) avaliam que poucas

comunidades, associações e empresas investiram na compreensão das implicações e do verdadeiro potencial da proposta de turismo regenerativo nas transformações dos sistemas socioecológicos, havendo apenas uma compreensão mínima partilhada dos elementos centrais de uma abordagem regenerativa, o que impede um desdobramento mais significativo e impactante da ideia de turismo regenerativo na leitura do turismo contemporâneo.

TURISMO REGENERATIVO – REFLEXÕES

A partir das discussões teóricas realizadas na seção anterior, parte-se para uma primeira reflexão acerca da proposição, feita por diversos autores, do turismo regenerativo enquanto paradigma de viagens. Ao se considerar a filosofia de Kuhn (1962/2013), segundo a qual diferentes paradigmas são compostos por elementos distintos e a transição de um paradigma para outro não configura um processo cumulativo, mas uma reconstrução da área de estudos com novos princípios, métodos e aplicações, entende-se que a noção de turismo regenerativo não deve ser vista como um novo paradigma, mas como uma nova abordagem epistemológica que se utiliza do paradigma da sustentabilidade enquanto ideia-força que pressupõe um posicionamento político e ideológico (Irving, 2018).

Isto posto, embora o vocábulo paradigma venha sendo utilizado no contexto do turismo regenerativo a fim de designá-lo como uma prática inovadora para a resolução de problemas não alcançados pela sustentabilidade, o turismo regenerativo não constitui um novo paradigma no sentido kuhniano, dada a falta da devida compreensão e precisão semânticas, o que denota, na verdade, o uso indiscriminado do termo como tal (Freire & Petraglia, 2023). Assim sendo, ele deve ser admitido como uma abordagem epistemológica que amplia e tensiona o paradigma da sustentabilidade.

Desse modo, admite-se que a proposta de turismo regenerativo busca amplificar a noção de turismo sustentável, não necessariamente rejeitando-a, mas superando-a e buscando ocupar as lacunas deixadas por essa abordagem, o que sinaliza que os fundamentos do turismo regenerativo não abandonam o arcabouço teórico da sustentabilidade (conceito gênese) e, por não o fazerem, não rompem com o paradigma anterior, não promovendo, portanto, uma "revolução científica" (Kuhn, 1962/2013). Corroborando tais assertivas, Bellato et al. (2022) descrevem que o turismo regenerativo se alinha ao paradigma de desenvolvimento regenerativo, apesar das semelhanças que apresenta com as abordagens de desenvolvimento sustentável.

Outrossim, embora sustente uma abordagem inovadora, a noção de turismo regenerativo parece não se contrapor totalmente aos modelos tradicionais de exploração do turismo; ao contrário, parece adequar-se ao mercado, valendo-se das cadeias produtivas do setor, de base capitalista, e equilibrando vantagens econômicas na configuração de suas práticas. Isso não desqualifica a proposta de turismo regenerativo como potencial agente transformador das práticas turísticas, mas suscita discussões e análises mais aprofundadas para que ela não perca sua intenção original, tornando-se um conceito vazio, sem aplicabilidade teórica e/ou prática, ou, ainda, perpetue uma visão mecanicista na qual os espaços destinados às experiências regenerativas se tornam "locais de produção" que replicam o padrão econômico dominante (Bellato & Pollock, 2025; Hartman, 2023).

Quanto ao desenvolvimento da literatura acerca do turismo regenerativo, ao se realizar uma investigação, em 27 de dezembro de 2025, com o termo específico "turismo regenerativo" nas oito revistas da área de Turismo no Brasil mais bem qualificadas segundo a avaliação Qualis (quadriênio 2017-2020), nos estratos A3 e A4, a saber: Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTUR), Turismo: Visão e Ação (TVA), Anais Brasileiros de Estudos Turísticos (ABET), Caderno Virtual de Turismo (CVT), Revista Hospitalidade, PODIUM Sport, Leisure

and Tourism Review, Revista Turismo em Análise (RTA) e Revista de Turismo Contemporâneo (RTC), verificou-se que apenas uma delas apresenta uma única publicação sobre o tema, a de Silva et al. (2025). Esse resultado corrobora a literatura internacional sobre a incipiência desse debate (Bellato & Pollock, 2025; Corral-Gonzalez et al., 2023) e é congruente com a pesquisa de Fontes et al. (2024), que não identificou nenhum trabalho com essa temática realizado no Brasil no âmbito do turismo até 2023, embora essa discussão já seja observada em periódicos das áreas de Geografia e de Arquitetura e Urbanismo. Tal cenário permite refletir sobre o estado atual da investigação na área, bem como sinalizar caminhos para pesquisas futuras.

Ainda com relação às produções sobre o tema, há uma centralização dos conhecimentos sobre turismo regenerativo na academia ocidental, embora visões e conceitos alternativos derivados de paradigmas não ocidentais, de acadêmicos de populações tradicionais e de perspectivas decoloniais estejam emergindo no turismo (Bellato & Pollock, 2025; Lee & Eversole, 2019).

A presença, no debate atual, de artigos teóricos com temas como design regenerativo, turismo sustentável, sustentabilidade, Covid-19, turismo esperançoso e viagens regenerativas pode sugerir que a comunidade acadêmica está comprometida com a construção de uma base conceitual sólida para a área de turismo regenerativo, a partir da definição de termos-chave identificados nas publicações dos autores que hoje constituem a literatura fundamental dessa linha de pesquisa (Fontes et al., 2024; Corral-Gonzalez et al., 2023).

Os artigos empíricos sobre turismo regenerativo, por sua vez, embora em número crescente, ainda carecem de maior aprofundamento, com publicações que implementem e testem o conhecimento sobre turismo regenerativo na prática, transformando aspirações em realidade e facilitando a compreensão das implicações práticas, bem como dos desafios delas advindos (Fontes et al., 2024).

No que concerne à análise conceitual, embora a discussão acadêmica sobre turismo regenerativo tenha se ampliado, a clareza e o consenso sobre o significado e a aplicação dessa abordagem epistemológica permanecem indefinidos (Bellato & Pollock, 2025). Ainda segundo as autoras, definições simplistas como “deixar um lugar melhor do que foi encontrado”, “devolver mais do que recebemos” e “gerar impactos positivos” não permitem um aprofundamento conceitual sobre o turismo regenerativo; ao contrário, produzem compreensões distorcidas. Para Corral-Gonzalez et al. (2023), essa carga de informações pouco claras e distorcidas ocorre quando há um rápido crescimento de um campo de investigação multidisciplinar, como é o caso do turismo regenerativo. De todo modo, avançar nesse debate conceitual é de suma importância, dado o reconhecimento da ideia de turismo regenerativo como significativa na formação do futuro do turismo (Brouder, 2020).

Se, por um lado, a definição do que é turismo regenerativo parece ainda estar em construção (Brasileiro & Borges, 2024), por outro, o que não é turismo regenerativo parece estar mais bem entendido: turismo regenerativo não é um tipo de turismo, enquanto segmento de mercado, mas uma abordagem epistemológica que pode influenciar a leitura do turismo contemporâneo tanto na teoria quanto (e principalmente) na prática. Assim, os princípios que orientam o estudo do turismo regenerativo podem ser aplicados a todo tipo de segmento turístico, pois essa abordagem representa uma mudança na forma como as viagens são compreendidas e realizadas, não se constituindo, portanto, como um “produto turístico” a ser comercializado nos portfólios de agências de viagens e/ou hotéis.

Nesse mesmo sentido, Fontes et al. (2024) afirmam que, enquanto as abordagens tradicionais priorizam a conservação de recursos da natureza de maneira isolada, a noção de turismo regenerativo prioriza, numa perspectiva holística, a interação entre ecossistemas

saudáveis, culturas fortes e comunidades prósperas. Essa proposta, apresentada como resposta recente aos desafios e vulnerabilidades socioambientais e econômicas, pode, portanto, reorientar e ressignificar a práxis e a prática do fenômeno turístico (Almeida & Sonaglio, 2024).

Quanto à prática do turismo regenerativo, em pesquisa realizada a partir de experiências autodeclaradas de turismo regenerativo no país, Pereira et al. (2024) revelam que, embora careçam de orientação a partir de diretrizes específicas, iniciativas brasileiras de turismo regenerativo começam a ser adotadas, o que evidencia as oportunidades oferecidas na área. Os autores sinalizam, porém, desafios para o turismo regenerativo no Brasil, evidenciando a necessidade de parcerias colaborativas entre governos locais, empresas turísticas, comunidades e turistas, com atenção particular a estes últimos, cuja participação tem sido predominantemente passiva e voltada para experiências individuais de autoconhecimento e refazimento físico e espiritual, o que denota uma divergência entre teoria e prática no discurso sobre a noção de turismo regenerativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, enquanto ensaio teórico-conceitual de natureza reflexiva, interpretativa e crítica, procurou oferecer uma primeira aproximação à noção de turismo regenerativo, sem a intenção, entretanto, de esgotar um assunto que ainda está em construção.

Para nortear o debate, foram suscitadas questões acerca da base conceitual, dos princípios e dos desdobramentos da noção de turismo regenerativo na leitura do turismo contemporâneo. Em resposta à primeira delas, o que é e o que não é turismo regenerativo, conclui-se que, embora sua definição ainda esteja em construção e careça de consenso, o turismo regenerativo pode ser compreendido como uma abordagem epistemológica que amplia e tensiona o paradigma da sustentabilidade, sem romper com ele, e não como um novo paradigma no sentido kuhniano, tampouco como um segmento de mercado ou um produto turístico. Quanto aos princípios, a literatura analisada converge para a visão holística e sistêmica, que compreende o ser humano como coparticipante da natureza, para a valorização dos lugares e das comunidades, para o fortalecimento das capacidades de destinos e sistemas socioecológicos, para a geração ativa de impactos positivos, e não apenas a mitigação dos negativos, e para a cocriação colaborativa entre as partes interessadas. Quanto aos desdobramentos, a abordagem pode reorientar a práxis turística em todos os segmentos, mas enfrenta o risco de esvaziamento conceitual e de captura pela lógica de mercado, além do descompasso entre o discurso teórico e as iniciativas práticas identificadas no Brasil.

Ao apresentar a noção de turismo regenerativo de forma simples e didática, espera-se que novas pesquisas teóricas e/ou empíricas sejam desenvolvidas, ampliando as investigações no âmbito do turismo no Brasil. Como implicação gerencial, o esclarecimento dessa abordagem epistemológica pode contribuir tanto para fomentar a pesquisa acadêmica quanto para orientar gestores públicos, empreendedores e comunidades na adoção de práticas turísticas mais regenerativas, sendo, por isso, útil a todos os interessados no tema.

Enquanto linha de investigação incipiente no âmbito do turismo brasileiro, as lacunas e deficiências apresentadas na seção Turismo Regenerativo – Reflexões não desmerecem nem negam a importância da noção de turismo regenerativo enquanto forma alternativa de se alcançarem viagens mais sustentáveis e conscientes; ao contrário, possibilitam que linhas de investigação em múltiplas direções sejam fomentadas para ampliar e/ou aprimorar o conhecimento atual.

Como limitações desta pesquisa, tem-se que, por configurar um ensaio teórico-conceitual, não se adotou uma metodologia estruturada de levantamento de dados, como uma

revisão do estado da arte ou uma análise bibliométrica próprias, que muito serviriam à proposta original; valeu-se, em vez disso, de pesquisas já existentes.

REFERÊNCIAS

Abbas, J., Mubeen, R., Iorember, P. T., Raza, S., & Mamirkulova, G. (2021). Exploring the impact of COVID-19 on tourism: Transformational potential and implications for a sustainable recovery of the travel and leisure industry. *Current Research in Behavioral Sciences, 2*, Artigo 100033. https://doi.org/10.1016/j.crbeha.2021.100033

Almeida, A. R. B. de, & Sonaglio, K. R. (2024). Para além da sustentabilidade? Turismo resiliente e regenerativo na interface com as mudanças climáticas. *Marketing & Tourism Review, 9*(1). https://doi.org/10.29149/mtr.v9i1.8318

Almeida, R. L. D. D. (2021). *Os princípios do design e desenvolvimento regenerativo* [Dissertação de Mestrado, Universidade Europeia]. Repositório Comum. https://comum.rcaap.pt/entities/publication/3e52ff3d-4762-497f-99bb-14a7f8f5ff07

Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, (4), 35–70. https://doi.org/10.4000/cea.1573

Ateljevic, I., & Sheldon, P. J. (2022). Guest editorial: Transformation and the regenerative future of tourism. *Journal of Tourism Futures*, *8*(3), 266–268. https://doi.org/10.1108/JTF-09-2022-284

Becker, J., & Fontana, R. de F. (2021). Percepção dos moradores de Foz do Iguaçu em relação à hotelaria local e a sustentabilidade do destino. *Ateliê do Turismo*, *6*(1), 39–55. https://doi.org/10.55028/at.v6i1.12548

Bellato, L., Frantzeskaki, N., Fiebig, C. B., Pollock, A., Dens, E., & Reed, B. (2022). Transformative roles in tourism: Adopting living systems' thinking for regenerative futures. *Journal of Tourism Futures*, *8*(3), 312–329. https://doi.org/10.1108/JTF-11-2021-0256

Bellato, L., Frantzeskaki, N., & Nygaard, C. A. (2023). Regenerative tourism: A conceptual framework leveraging theory and practice. *Tourism Geographies*, *25*(4), 1026–1046. https://doi.org/10.1080/14616688.2022.2044376

Bellato, L., & Pollock, A. (2025). Regenerative tourism: A state-of-the-art review. *Tourism Geographies*, *27*(3–4), 558–567. https://doi.org/10.1080/14616688.2023.2294366

Boff, L. (2012). *Sustentabilidade: O que é – o que não é*. Vozes.

Brasileiro, I., & Borges, E. G. (2024). Turismo regenerativo: de quê estamos falando? *Revista Brasileira dos Observatórios de Turismo*, *3*(2), 299–303. https://doi.org/10.59776/2764-5835.2024.6779

Brouder, P. (2020). Reset redux: Possible evolutionary pathways towards the transformation of tourism in a COVID-19 world. *Tourism Geographies*, *22*(3), 484–490. https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1760928

Capra, F. (1997). *A teia da vida*. Cultrix.

Capra, F., & Luisi, P. L. (2014). *The systems view of life: A unifying vision*. Cambridge University Press.

Casarin, S. T., Porto, A. R., Gabatz, R. I. B., Bonow, C. A., Ribeiro, J. P., & Mota, M. S. (2020). Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do Journal of Nursing and Health. *Journal of Nursing and Health*, *10*(5). https://doi.org/10.15210/jonah.v10i5.19924

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [CMMAD]. (1991). *Nosso futuro comum* (2ª ed.). Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Corbari, S. D., & Ferreira, M. R. (2019). Ser ou não ser sustentável, eis a questão! Um olhar sobre a relação da pesquisa em turismo e a panaceia do sustentável. *Revista Turismo em Análise*, *30*(3), 423–439. https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v30i3p423-439

Corral-Gonzalez, L., Cavazos-Arroyo, J., & García-Mestanza, J. (2023). Regenerative tourism: A bibliometric analysis. *Journal of Tourism, Heritage & Services Marketing*, *9*(2), 41–54. https://doi.org/10.5281/zenodo.10539722

Duxbury, N., Bakas, F. E., Vinagre de Castro, T., & Silva, S. (2021). Creative tourism development models towards sustainable and regenerative tourism. *Sustainability*, *13*(1), 2. https://doi.org/10.3390/su13010002

Fernandes, J. M. B., Vieira, L. T., & Castelhano, M. V. C. (2023). Revisão narrativa enquanto metodologia científica significativa: reflexões técnicas-formativas. *REDES – Revista Educacional da Sucesso*, *3*(1). https://www.editoraverde.org/portal/revistas/index.php/rec/article/view/223

Ferreira, B., & Raposo, R. (2017). Evolução do(s) conceito(s) de desenvolvimento: Um roteiro crítico. *Cadernos de Estudos Africanos*, (34), 113–144. https://doi.org/10.4000/cea.2293

Fontes, C. L. A., Pereira, D. R., Araújo, T. F. de A., & Spinola, C. de A. (2024). Rumo ao turismo regenerativo: Uma revisão sistemática da literatura e perspectivas para sua aplicação no setor turístico brasileiro. In *Anais da XX Semana de Análise Regional e Urbana*. https://doi.org/10.29327/1353188

Freire, M. M., & Petraglia, I. (2023). Complexidade: Paradigma ou epistemologia? Kuhn e Morin para além da terminologia refletindo sobre contribuições educacionais. *Revista Diálogo Educacional, 23*(78). https://doi.org/10.7213/1981-416X.23.078.DS01

Gudynas, E. (2011). Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: Una breve guía heterodoxa. In M. Lang & D. Mokrani (Eds.), *Más allá del desarrollo* (pp. 21–53). Fundación Rosa Luxemburg; Abya Yala.

Hanai, F. Y. (2009). *Sistema de indicadores de sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais, Brasil* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório da Produção USP. https://repositorio.usp.br/item/001775088

Hartman, S. (2023). Destination governance in times of change: A complex adaptive systems perspective to improve tourism destination development. *Journal of Tourism Futures*, *9*(2), 267–278. https://doi.org/10.1108/JTF-11-2020-0213

Hughes, G. (2007). Turismo, sustentabilidade e teoria social. In A. Lew, M. Hall, e A. Williams (Eds.), *Compêndio de turismo* (pp. 557-569). Lisboa: Instituto Piaget.

Hussain, A. (2021). A future of tourism industry: Conscious travel, destination recovery and regenerative tourism. *Journal of Sustainability and Resilience, 1*(1), Artigo 5. https://digitalcommons.usf.edu/jsr/vol1/iss1/5/

Irving, M. de A. (2018). Para sustentabilizar o turismo na contemporaneidade: ética e políticas públicas globais. In M. A. Irving, J. Azevedo, & M. A. G. de Lima (Orgs.), *Turismo: Ressignificando sustentabilidade*. Folio Digital: Letra e Imagem.

Kuhn, T. S. (2013). *A estrutura das revoluções científicas* (12ª ed.; B. V. Boeira & N. Boeira, Trads.). Perspectiva. (Obra original publicada em 1962)

Lamas, S. A. (2021). *"Nada sobre nós, sem nós": o debate sobre acessibilidade no contexto do desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis em destinos costeiros* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional da UFRN. https://repositorio.ufrn.br/items/00905342-71d4-4de1-a2c2-073ec3329759

Lee, E., & Eversole, R. (2019). Rethinking the regions: Indigenous peoples and regional development. *Regional Studies, 53*(11), 1509–1519. https://doi.org/10.1080/00343404.2019.1587159

Leff, E. (2006). *Racionalidade ambiental: A reapropriação social da natureza*. Civilização Brasileira.

Lyle, J. T. (1994). *Regenerative design for sustainable development*. Wiley.

Major, J., & Clarke, D. (2022). Regenerative tourism in Aotearoa New Zealand – A new paradigm for the VUCA world. *Journal of Tourism Futures, 8*(2), 194–199. https://doi.org/10.1108/JTF-09-2021-0233

Mang, P., & Haggard, B. (2016). *Regenerative development and design: A framework for evolving sustainability*. Wiley.

Mang, P., & Reed, B. (2012). Designing from place: A regenerative framework and methodology. *Building Research & Information, 40*(1), 23–38. https://doi.org/10.1080/09613218.2012.621341

Mira, E. C. (2011). O desenvolvimento econômico além do mainstream: institucionalismo e outras perspectivas. In *Anais da 2ª Conferência do Desenvolvimento CODE/IPEA*. https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo15.pdf

Owen, C. (2007a). Regenerative tourism: A case study of the resort town Yulara. *Open House International*, *32*(4), 42–53. https://doi.org/10.1108/OHI-04-2007-B0005

Owen, C. (2007b). Regenerative tourism: Re-placing the design of ecotourism facilities. *The International Journal of Environmental, Cultural, Economic, and Social Sustainability: Annual Review*, *3*(2), 175–182. https://doi.org/10.18848/1832-2077/CGP/v03i02/54335

Pedersen Zari, M. (2012). Ecosystem services analysis for the design of regenerative built environments. *Building Research & Information, 40*(1), 54–64. https://doi.org/10.1080/09613218.2011.628547

Pereira, D. R., Araújo, T. F. de A. de, Fontes, C. L. A., & Spinola, C. de A. (2024). Experiências de turismo regenerativo no Brasil: Uma pesquisa exploratória. *Revista Iberoamericana de Turismo*, *14*(1), 90–107. https://doi.org/10.28998/10.28998/RITURritur.V14.N1.A17182pp.90-10717182

Pollock, A. (2012). *Can tourism change its operating model? The necessity and inevitability* [Apresentação de slides]. SlideShare. https://www.slideshare.net/AnnaP/can-tourism-change-its-operating-model-13583914

Raimundo, S. (2010). Estudios de las relaciones entre sociedad y naturaleza y su aplicación en investigaciones sobre ocio y turismo. In M. C. Nechar & A. Panosso Netto (Orgs.), *Epistemología del turismo*. Trillas.

Rocco, T. S., Plakhotnik, M. S., & Silberman, D. (2022). Differentiating between conceptual and theory articles: Focus, goals, and approaches. *Human Resource Development Review, 21*(1), 113–140. https://doi.org/10.1177/15344843211069795

Rockström, J., Steffen, W., Noone, K., Persson, Å., Chapin, F. S., III, Lambin, E. F., Lenton, T. M., Scheffer, M., Folke, C., Schellnhuber, H. J., Nykvist, B., de Wit, C. A., Hughes, T., van der Leeuw, S., Rodhe, H., Sörlin, S., Snyder, P. K., Costanza, R., Svedin, U., … Foley, J. A. (2009). A safe operating space for humanity. *Nature, 461*(7263), 472–475. https://doi.org/10.1038/461472a

Rojas, G. R., & Guerrero, K. C. (2021). Turismo regenerativo: más allá de la sostenibilidad. *Ambientico*, (277), 74–80. https://www.ambientico.una.ac.cr/revista-ambientico/turismo-regenerativo-mas-alla-de-la-sostenibilidad/

Sachs, I. (2008). *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Garamond.

Sanford, C. (2016). What is regeneration? Part 1 – *A definition and some fundamental ideas*. Carol Sanford Institute. Recuperado em 11 de maio de 2025, de https://carolsanfordinstitute.com/what-is-regeneration-part-1/

Santos, T. (2000). *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Civilização Brasileira.

Silva, C. B. D. (2021). *Desenvolvimento e turismo em unidades de conservação potiguares* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional da UFRN. https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/32261

Silva, T. P. G. da, Nascimento, F. G. do, Silva, J. A. da, & Soares, A. M. C. (2025). Turismo regenerativo: uma análise da atuação da Biofábrica de Corais em Porto de Galinhas/PE. *Caderno Virtual de Turismo, 25*(2), 51–75. https://doi.org/10.18472/cvt.25n2.2025.2233

Spindler, E. A. (2013). The history of sustainability: The origins and effects of a popular concept. In I. Jenkins & R. Schröder (Eds.), *Sustainability in tourism: A multidisciplinary approach* (pp. 9–31). Springer Gabler.

Tavares, F. A. S. (2017). *Fundamentos e estrutura conceitual-metodológica do desenvolvimento e design regenerativo* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório UFU. https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20715/3/FundamentosEstruturaConceitual.pdf

Telfer, D. J. (2005). Evolution of tourism and development theory. In R. Sharpley & D. J. Telfer (Eds.), *Tourism and development: Concepts and issues* (pp. 35–78). Channel View Publications.

Uzzell, D. L. (1996). Creating place identity through heritage interpretation. International *Journal of Heritage Studies, 1*(4), 219–228. https://doi.org/10.1080/13527259608722151

Vaillancourt, J.-G. (1995). Sustainable development: A sociologist's view of the definition, origins and implications of the concept. In M. D. Mehta & E. Ouellet (Eds.), *Environmental sociology: Theory and practice* (pp. 219–230). Captus Press.

Van Bellen, H. M., & Petrassi, A. C. M. A. (2016). Dos limites do crescimento à gestão da sustentabilidade no processo de desenvolvimento. *Revista NECAT – Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense*, *5*(10), 8–30. https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4430

Veiga, J. E. da (2019). *Sustentabilidade: A legitimação de um novo valor* (3ª ed.). Senac.

World Economic Forum. (2023). *Global risks report 2023* (18ª ed.). https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2023/

Zaman, U., Aktan, M., Agrusa, J., & Khwaja, M. G. (2023). Linking regenerative travel and residents' support for tourism development in Kaua'i Island (Hawaii): Moderating-mediating effects of travel-shaming and foreign tourist attractiveness. *Journal of Travel Research, 62*(4), 782–801. https://doi.org/10.1177/00472875221098934

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS DADOS

Todos os dados relevantes estão disponíveis no texto.

INFORMACOES DO(S) AUTOR(ES)

1	Doutora em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). E-mail: suellen.lamas@cefet-rj.br | ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4379-2338 Contribuições: Conceituação, Curadoria de Dados, Metodologia, Administração do Projeto, Supervisão, Redação – revisão e edição.
2	Doutor em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor do Instituto Federal do Piauí (IFPI). E-mail: edsondn@ifpi.edu.br | ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0848-4372 Contribuições: Conceituação, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Redação – revisão e edição.
3	Especialista em Conservação da Natureza e Educação Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). CEO e Fundadora da Ekoways Caminhos Regenerativos. E-mail: ekowaysturismo@gmail.com | ORCID: https://orcid.org/0009-0003-1132-0659 Contribuições: Conceituação, Investigação, Validação, Redação – rascunho original.

REVISTA CIENTÍFICA INTERNACIONAL VINCULADA A

UFMS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL